

## Do “padrão moderno” à agricultura alternativa: possibilidades e desafios para a transição<sup>1</sup>

Gervásio Paulus e  
Sandro Luis Schlindwein

A emergência de movimentos ambientalistas e a preocupação com a qualidade dos alimentos consumidos, surgidas primeiramente nos países mais desenvolvidos, desencadearam uma contestação social das formas de produção agrícola decorrentes do “padrão moderno” de agricultura, implantado a partir da Revolução Verde. Os elementos centrais dessa contestação social se fortaleceram com o debate voltado à promoção de uma “agricultura sustentável”, para além de toda a dificuldade e controvérsia envolvida na definição deste conceito. A percepção generalizada é de que o modelo de agricultura largamente adotado no Brasil e em outros países, a partir da Revolução Verde, está em crise. Essa crise manifesta-se através das conseqüências econômicas, ambientais e sociais deste padrão moderno de agricultura, decorrentes tanto da forma como se deu a sua implantação quanto da natureza em si das tecnologias adotadas. O que não é tão claro e causa divergências maiores são os possíveis rumos da transição para novas formas de agricultura, vislumbradas como possibilidades de superação dessa crise. Veiga (1) propôs que a discussão sobre os caminhos da transição da agricultura moderna para outra(s) forma(s) de produção agrícola deveria considerar três questões:

- a dinâmica histórica do uso da terra;
- os avanços científicos em áreas como agronomia e economia;
- os movimentos sociais diretamente vinculados à utopia do desen-

volvimento sustentável.

A passagem de uma modalidade de agricultura para outra sempre foi caracterizada, ao longo da história, segundo aquele autor, por uma “forte resistência social” dos agricultores. Todavia, se for considerado o período mais recente da agricultura no Brasil, ver-se-á que a mudança de base tecnológica na agricultura a partir da implantação da Revolução Verde se deu de forma extremamente rápida – ainda que não homogênea – nas regiões onde ocorreu um estímulo para sua adoção através de políticas públicas, sobretudo de crédito rural, implementadas em grande parte por agências de pesquisa e de extensão rural, como foi o caso no centro-sul do Brasil. É a partir dessa capacidade de políticas públicas promoverem a adoção de um determinado modelo tecnológico na agricultura que a questão das características da transição, notadamente sua intensidade de alcance, se apresenta como relevante. É também esta a razão pela qual, alguns aspectos envolvidos nas possibilidades de transição serão discutidos aqui.

### Transição do que para o quê?

É certo que a transição de um padrão de agricultura para outro no sul do Brasil não ocorreu de forma homogênea e que a adoção do padrão moderno não significou a eliminação pura e simples das formas de agricultura tradicional. Nesse sentido, pode-se afirmar que na introdução de um novo modelo de agricultura não se

depara somente com rupturas, mas, ao mesmo tempo, com rupturas e com continuidades. Ou seja, novos estilos produtivos ocorrem “misturados” com formas até então tradicionais e convencionais de produção. Entretanto, resulta bastante evidente que quanto mais intenso for o processo de modernização, menos evidentes se tornarão as formas tradicionais de agricultura.

A Figura 1 a seguir mostra de forma esquemática as principais características e os problemas decorrentes do padrão produtivo pré-industrial (tradicional) e da agricultura moderna (industrial), bem como possibilidades de transição a partir da crise do “padrão moderno” de agricultura, cujas características são, ainda, de difícil demarcação.

Na Figura 1 procura-se deixar claro que existe uma diversidade de opções possíveis a partir da crise da agricultura moderna. Cada uma dessas opções terá diferentes características e conseqüências, todas ainda difíceis de serem apontadas. Como aos defensores de nenhuma destas opções é dado supor que detenham a exclusividade da denominação de agricultura sustentável, a pergunta que pode ser feita é: que tipo de agricultura é capaz de substituir com sucesso a agricultura moderna industrial que se encontra em crise? De todo modo, alternativas que considerem tão somente os aspectos ambientais do problema não são capazes de oferecer respostas às conseqüências econômicas e sociais manifestas pela crise e, sob esse ponto de vista, estão fadadas ao fracasso, pelo menos na atual conjuntura agrícola.

### Sobre a mudança de processo técnico na produção alternativa

A substituição ou adoção de uma determinada tecnologia agrícola nem sempre se dá, como já foi dito, de forma homogênea, assim como nem sempre é claro por que os produtores preferem determinadas tecnologias em relação a outras. Às vezes, o não entendimento das razões dos produ-

1. Extraído da dissertação do primeiro autor apresentada no curso de pós-graduação (mestrado) em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (Paulus, 1999).





## Políticas públicas

A introdução no Brasil do padrão moderno de agricultura preconizado pela Revolução Verde não se deu de forma espontânea. A difusão desse modelo tecnológico foi amparada em uma política específica e intensiva de crédito rural. Por isso, também a transição para outros padrões de produção na agricultura brasileira deveria ser amparada e mesmo estimulada a partir de instrumentos específicos e articulados de políticas públicas, como já ocorre em outros países.

Para a promoção da agricultura alternativa, políticas públicas específicas deveriam contemplar os seguintes pontos:

- criação de linhas de crédito específicas para a transição de propriedades convencionais para alternativas;

- fortalecimento dos serviços de pesquisa e de extensão rural, visando a geração, adaptação e difusão de tecnologias voltadas à promoção de estilos alternativos de agricultura;

- estímulo a circuitos regionais integrados de comercialização e agroindustrialização;

- revalorização de formas tradicionais de produção e transformação de produtos "coloniais";

- estímulo a cadeias agroecológicas de produtos;

- manutenção e resgate da biodiversidade existente, sobretudo no âmbito da agricultura familiar.

Não obstante a implantação, em ampla escala, de propostas não convencionais de agricultura não poder ocorrer num espaço de curto prazo, ainda que se tornasse objeto de instrumentos e políticas governamentais deliberadamente estimulantes para sua adoção, a criação dessas políticas não deve ser vista sob a ótica meramente produtivista ou de concessão de subsídios.

A necessidade de garantir a segurança alimentar para a população é um argumento freqüentemente evocado para justificar a manutenção de formas convencionais de produção. Todavia, o problema da fome não pode ser entendido tão-somente do

tores leva os técnicos a considerar o comportamento daqueles como irracional e contraditório, por aparentemente contrariar seus próprios interesses. Todavia, a opção por uma determinada modalidade de produção certamente envolve critérios múltiplos e razões subjetivas, poucas vezes percebidas pelos técnicos.

Uma investigação de campo realizada por Paulus (2), permite apontar, resumidamente, algumas das razões que levam o agricultor e sua família a passar a produzir de forma alternativa:

- preocupação com a saúde própria e a da família;
- influência de organizações "externas" de assessoria;
- diminuição dos custos de produção e melhor preço para os produtos;
- diminuição do impacto negativo da atividade sobre o meio físico.

Entre as razões que dificultam a mudança de produção moderna (convencional) para a alternativa, também identificadas nessa investigação de campo, destacam-se:

- o aumento e a dificuldade (penosidade) do trabalho;
- a falta de conhecimento técnico de como produzir;
- a incerteza da produção em escala ampliada.

Mas, percebe-se, também, muitas contradições no processo técnico produtivo da agricultura alternativa. Diante dessas dificuldades, é conveniente perguntar se o problema maior está na manutenção de determinado sistema de produção alternativo, ou na ampliação de seus limites, à medida que o sistema depende do aporte de insumos externos e, acredita-se, de políticas agrícolas que promovam a sua adoção em larga escala.



ponto de vista do volume físico da produção de alimentos, mas está relacionado a aspectos socioeconômicos e distributivos. Sistemas alternativos de produção permitem a oferta de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para afastar o fantasma da fome, desde que isso seja uma prioridade na formulação de políticas públicas de abastecimento voltadas para a segurança alimentar.

### **O papel do mercado e o consumidor "reflexivo": reflexos sobre as possibilidades de transição**

Muitas das experiências de produção alternativa de alimentos e de sua comercialização fundamentam-se (ou pelo menos têm esse discurso e essa pretensão) em conceitos e valores que vão além de uma perspectiva puramente mercantilista, muito embora seja inevitável a sua inserção em uma estratégia de mercado (talvez até como condição para a transição), sem o que nem a produção e nem o acesso dos consumidores se viabilizariam. No Rio Grande do Sul, este é o caso da relação que existe entre a Cooperativa de Consumidores Ecológicos de Porto Alegre, RS - Coolméia - e as várias associações de agricultores ecologistas que se articulam em torno dela. Se por um lado é certo que para o tipo de sociedade em que se vive os valores tanto de uso quanto de troca são definidos por relações marcadamente mercantilistas, não é menos certo que esses valores e relações transcendem a esfera das relações puramente econômicas.

Especificamente para o Rio Grande do Sul, pode-se dizer que as experiências mais relevantes hoje em agricultura alternativa - particularmente aquelas voltadas à produção de alimentos para consumo humano direto - têm sua gênese muito mais em função de uma necessidade criada por e a partir de um grupo de consumidores urbanos (os "bio-militantes", como se autodefiniu um de-

les) que se organizaram para a compra de alimentos integrais num primeiro momento e, posteriormente, ecológicos, do que como fruto de um movimento surgido entre agricultores ou técnicos. Nesse sentido, o despontar da produção agrícola alternativa no Rio Grande do Sul não foi diferente daquele verificado nos países mais desenvolvidos.

Isso não significa que não haveria técnicos ou agricultores individualmente preocupados com os rumos da agricultura convencional, mas que a organização de um grupo de consumidores ecologistas representou um desafio muito concreto para técnicos e agricultores, constituindo-se no principal impulso para a organização da produção alternativa no Estado. Isto mostra, por um lado, a importância dos movimentos ecológicos e de contestação existentes já na década de 70 (que acabaram por influenciar, direta ou indiretamente, a criação da Coolméia) e, por outro, que influências do consumidor, expressas de forma organizada, têm grande influência na redefinição de estilos produtivos de agricultura.

Mais recentemente, o forte crescimento da demanda e da produção de alimentos mais saudáveis estimulou o debate sobre a certificação desses produtos, que envolve distintos interesses e implicações.

### **Certificação de produtos orgânicos: dissensos**

Um aspecto relacionado com o mercado de produtos alternativos refere-se às possíveis formas de certificação destes produtos diferenciados. No caso da agricultura, os produtos destinados ao consumo humano produzidos de forma não convencional são genericamente denominados de orgânicos ou ecológicos. Embora o selo ou certificado incida sobre o produto final, a sua instituição é uma tentativa de normatizar aspectos do processo produtivo.

No Brasil, a certificação de produtos orgânicos ainda é um campo de dissensos entre os defensores da agricultura alternativa. As maiores

divergências referem-se à forma de certificação dos produtos orgânicos. Diferentemente de outros países que possuem uma normatização e um sistema de certificação bastante avançado - como Canadá, Estados Unidos e países europeus, sobretudo a França, este é um tema relativamente recente no Brasil e, embora tenha sido normatizada (3), não existe uma tradição de certificação. Uma das críticas freqüentes a esta forma de certificação, além do custo elevado, é a centralização do poder de decisão sobre a concessão do selo. Uma tentativa de romper com esse centralismo é a criação de "Redes de Geração de Credibilidade", como é o caso da Rede Ecovida, em Santa Catarina.

### **Considerações finais**

Movimentos contestatórios ao padrão moderno de agricultura não são novos, chegando alguns deles a propor novos estilos de vida e uma concepção diferente da relação ser humano-natureza. A crítica radical à crise socioambiental, da qual a agricultura é um componente fundamental, implica um questionamento dos fundamentos da ciência moderna, em particular da Agronomia.

Na discussão sobre os caminhos da transição é preciso reconhecer, inicialmente, a existência - talvez aqui o termo coexistência seja mais adequado - de formas distintas de produção, convivendo como padrão hegemônico de agricultura. Não se pretende negar que o chamado padrão moderno de agricultura seja francamente dominante e, portanto, que determina as relações sociais e de produção vigentes na agricultura hoje. O que se quer destacar é que a adoção do chamado "pacote tecnológico", como ficou mais caracterizada a base tecnológica do padrão moderno de agricultura, foi na verdade incorporado em diferentes graus de intensidade pelos agricultores e, mais importante que isso, quer-se chamar a atenção para o fato de que no processo de transformação da base produtiva no campo as



tecnologias adotadas são freqüentemente ressignificadas, sofrendo uma adaptação ou re-elaboração em sua forma e em seu conteúdo. E é precisamente o arranjo de forças resultante das especificidades ecológicas regionais, características socioculturais, organização, assessoria técnica, políticas públicas, etc. que irá determinar o padrão tecnológico resultante (muito mais do que se o produto for considerado, por exemplo, como sendo orgânico ou não).

Convém salientar ainda que, embora o padrão dominante de agricultura seja socialmente construído, existem condicionantes biofísicos e ecológicos que não devem ser esquecidos. Além disso, a adoção de estilos alternativos de agricultura não requer, por parte dos agricultores, uma prévia "adesão" à modernização da produção. Antes, ao contrário, o relativo "atraso" econômico-social e/ou tecnológico em que se encontram determinadas regiões pode ser um fator de estímulo para a adoção da agricultura alternativa (orgânica, ecológica ou mesmo outras modalidades) como aliás é o caso de algumas regiões onde a modernização da agricultura não se fez sentir com tanta intensidade, a exemplo das regiões de Ipê e Antônio Prado, no Rio Grande do Sul.

Por fim, as políticas públicas voltadas à promoção de estilos alternativos de agricultura não devem ser vistas sob a ótica produtivista ou de 'subsídios injustificáveis', mas assumem um caráter de "acúmulo de experiências" que desempenha um papel fundamental na promoção de uma agricultura mais parcimoniosa no uso de recursos naturais e socialmente mais justa.

### Literatura citada

1. VEIGA, J.E. Problemas da transição à agricultura sustentável. *Revista de Estudos Econômicos*, v.24, n. especial, p.9-29, 1994.
2. PAULUS, G. *Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades*

de transição. 1999. 171p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

3. BRASIL. Ministério da Agricultura. Instrução Normativa n.7, de maio de 1999. Estabelece as normas para produção e certificação de produtos orgânicos.

**Gervásio Paulus**, eng. agr., M.Sc., Cart. Prof. 069.103, Crea-RS, Emater-RS, Rua Botafogo, 1.051, 90150-053 Porto Alegre, RS, e-mail: gervasio@guaiba.emater.tche.br; **Sandro Luis Schindwein**, UFSC/CCA – Departamento de Engenharia Rural, C.P 476, 88040-900 Florianópolis, SC, e-mail: sshclind@mbox1.ufsc.br.

## O Pronaf e a agricultura familiar catarinense

Djalma Rogério Guimarães, Carlos Nery R. Cavalheiro e Carlos Luiz Gandin

O conceito de agricultura familiar é recente. Até pouco tempo, falava-se em pequeno produtor para designar o agricultor familiar e em pequena propriedade para designar a agricultura familiar. Em linhas gerais, a agricultura familiar tem duas características preponderantes: gestão ou administração familiar e trabalho predominantemente familiar.

Santa Catarina, pela diversidade e riqueza de seu patrimônio natural e pela estrutura fundiária, caracteriza-se pela presença da agricultura familiar. Do ponto de vista agrícola, destaca-se pelos resultados atribuídos a este modelo. É um dos seis principais Estados produtores de alimentos e apresenta bons índices de rendimento, graças à capacidade de trabalho e de inovação dos produtores, ao emprego de tecnologias adequadas e, principalmente, à agricultura familiar. De acordo com as estimativas baseadas nos critérios de classificação do

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, o segmento da agricultura familiar representa um universo de 180 mil famílias, ou seja, mais de 90% da população rural. Estas famílias de agricultores, apesar de ocuparem apenas 41% da área rural, são responsáveis por mais de 70% da produção agrícola e pesqueira do Estado, destacando-se na produção de 67% do feijão, 70% do milho, 80% dos suínos e aves, 83% do leite e 91% da cebola.

No entanto, os impactos adversos do processo de globalização, juntamente com as condições internas desfavoráveis, vêm afetando fortemente o meio rural e, atualmente, mostram seus efeitos negativos sobre o modelo agrícola. Assim, se de um lado existem grandes e modernos complexos agroindustriais apoiados na avicultura, suinocultura, soja, maçã, fumo, leite e madeira, de outro é cada vez maior o número de agricultores que enfrentam problemas econômicos, sociais e ambientais. Um grande número de propriedades rurais, produtoras de alimentos básicos e matérias-primas, se encontra em sérias dificuldades, sendo que significativa parcela da população rural passa por um processo de empobrecimento, demandando ações urgentes.

Dentro deste contexto e tendo como referência o enfoque da sustentabilidade, foi instituído o Pronaf, em parceria entre os poderes públicos municipais, o governo estadual, o federal e a iniciativa privada; é executado de forma descentralizada, e nele os agricultores familiares e suas organizações representativas são, ao mesmo tempo, beneficiários e parceiros, participando na programação, na execução, no aporte de recursos, no monitoramento e na avaliação das ações.

O Pronaf vem atuando de forma a permitir que o agricultor possa estar preparado para assumir seu próprio desenvolvimento como pessoa humana, mas, acima de tudo, como cidadão, consciente de seus direitos